

As políticas públicas

no direito constitucional fraterno:
ESTUDOS EM HOMENAGEM À
Ministra Laurita Vaz

Coordenadores:

Reynaldo Soares da Fonseca
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Organizadores:

Rafaela Silva Brito
Sandra Taya
Fábio Francisco Esteves



*Conselho Editorial*

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Bárbara Rodrigues
(Fotografia: Min. Sebastião Reis)

Diagramação

Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2023, D'Plácido Editora

Copyright © 2023, Os autores.

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Avenida Paulista, 2073, Conjunto Nacional. – São Paulo, SP – CEP 01311-940

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

P769 As políticas públicas no direito constitucional fraterno : estudos em homenagem à Ministra Laurita Vaz / Coordenadores: Reynaldo Soares da Fonseca, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas ; Organizadores: Rafaela Silva Brito, Sandra Taya, Fábio Francisco Esteves . - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2023.
914 p.

ISBN 978-65-5589-880-4

1. Direito Constitucional 2. Poder judiciário e questões políticas – Brasil 3. Vaz, Laurita Hilário, 1948- I. Fonseca, Reynaldo Soares da II. Dantas, Marcelo Navarro Ribeiro III. Brito, Rafaela IV. Taya, Sandra V. Esteves, Fábio Francisco.

CDDir: 341.2

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472



Sumário

APRESENTAÇÃO.....	15
PREFÁCIO.....	19

TÓPICO I - O DIREITO NA SOCIEDADE COSMOPOLITA: POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E A INDISPENSÁVEL FRATERNIDADE

1. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO RE 1.008.166/SC.....	25
<i>Luiz Fux</i>	
2. A UNIFICAÇÃO DAS PENAS E O TEMA 1.106 DE RECURSO REPETITIVO.....	35
<i>Maria Thereza de Assis Moura</i>	
3. A SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	45
<i>Humberto Martins</i>	
4. POLÍTICAS PÚBLICAS – USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA.....	57
<i>Paulo Dias de Moura Ribeiro</i>	
5. O ACÓRDÃO DE HABEAS CORPUS COMO PARADIGMA DE CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	79
<i>Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</i> <i>Thiago de Lucena Motta</i>	
6. A CONSTRUÇÃO FRATERNA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSIÇÃO EM FAVOR DA DEMOCRACIA FRATERNAL DESDE A CRÍTICA DE PIERRE BORDIEU AO CAMPO JURÍDICO.....	93
<i>Reynaldo Soares da Fonseca</i> <i>Rafael Campos Soares da Fonseca</i>	

7. POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS - SUSTENTABILIDADE E SOLIDARIEDADE (FRATERNIDADE) COM AS FUTURAS GERAÇÕES – EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSIÇÃO 109
João Batista Moreira
8. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JUSTIÇA AMBIENTAL: LINHAS PRELIMINARES PARA UMA TEORIA E PRÁTICAS TRANSFORMADORAS 127
Nicolao Dino
9. AS 100 REGRAS DE BRASÍLIA E O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL 137
Paulo Gustavo Gonet Branco
Pedro Gonet Branco
10. ADVOCACIA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O CASO DO ADVOGADO PERNAMBUCANO MANOEL MATTOS 151
José Alberto Simonetti
Sara de Assis Aquino
11. A FRATERNIDADE COMO PRINCÍPIO NORTEADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA JOVENS: AS EXPERIÊNCIAS DOS PROJETOS “FALANDO DIREITO” E “VIRA VIDA” NA LEGISLAÇÃO DISTRITAL 165
Sandra Tãya
Fábio Esteves
12. ENSAIO ACERCA DA GARANTIA DO DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO: O CASO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO REMOTO NO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 2020 A 2021 183
Eliana Maria de Souza Franco Teixeira
Rafaela Silva Brito
Homero Lamarão Neto

13. DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DA FRATERNIDADE COMO CRITÉRIO DECISÓRIO E CONSTITUCIONAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988..... 197
Luciana Sabbatine Neves
14. O CNJ CONTRA A CORRENTE QUE DIVIDE, SEGREGA E EXCLUI: A FRATERNIDADE E O DIREITO FRATERNAL COMO ALICERCES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL 209
Geralda Magella de Faria Rossetto
Endy de Guimarães e Moraes
15. A DIMENSÃO FRATERNAL DA CIDADANIA FORMAL. PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO INDIVÍDUO NO EVENTUAL ROMPIMENTO DO VÍNCULO JURÍDICOPOLÍTICO COMO FORMA DE POLÍTICA PÚBLICA..... 229
Raimundo Silvino da Costa Neto
16. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A FRATERNIDADE COMO BASE PARA POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL E HARMÔNICO 245
Frederico Teixeira Barbosa
Leticia da Silva
17. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO EDUCACIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES À INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS/AS BRASILEIROS/AS 257
Fernanda da Rocha Fabiano
18. POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIÁRIAS PARA A ESCUTA ADEQUADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 269
Beatriz Torres Fernandes
Eliene Ferreira Bastos
Thamires Nunes Sales

19. OS QUASÍMODOS BRASILEIROS: O SEGREGACIONISMO NO MUNDO ORALISTA, A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SURDAS NA INFÂNCIA E A LUTA PELA INCLUSÃO NO BRASIL VISANDO À AUTONOMIA DOS SURDOS POR MEIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS..... 283

Amanda Arruda

Josiane Rose Petry Veronese

Joana Ribeiro

20. POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL NA SEARA DOS DIREITOS À SAÚDE E À MORADIA RESULTANTES DO CONTROLE EXTERNO DE CONVENCIONALIDADE..... 299

Denise Antunes

21. A INFLEXÃO DIRETA DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE NA ATUAL RELAÇÃO ENTRE OS PODERES DO ESTADO..... 315

Renato César Guedes Grilo

22. RADIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO- DIRETRIZES E PERSPECTIVAS..... 331

Rosimayre Gonçalves de Carvalho

23. O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO APÓS O JULGAMENTO DO RE 684.612-RG..... 347

Daniele Maranhão Costa

24. REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS..... 361

Isaac Nogueira de Almeida

25. O PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE APLICADO NO DIREITO DA MULHER: UMA PERSPECTIVA COMPARADA NOS ORDENAMENTOS BRASILEIRO E ARGENTINO..... 373

Daniela Caldas Rosa Alves Coelho

Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz

26. FRATERNIDADE E CULTURA DA PAZ: UM OLHAR A PARTIR DA ENCÍCLICA PACEM IN TERRIS 391
Lafayette Pozzoli
Rogério Cangussu Dantas Cachichi
Gilmar Siqueira
27. FRATERNIDADE E CULTURA DE PAZ: REFLEXÕES SOBRE AS SOCIEDADES TECNOLÓGICAS, PACÍFICAS, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 411
Geralda Magella de Faria Rossetto
Ana Cristina Ben
28. ANOTAÇÕES SOBRE O MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL (LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020) 425
Theophilo Antonio Miguel Filho
29. PROTEGENDO OS DIREITOS HUMANOS E RESGATANDO A CIDADANIA: PROJETOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICO SOCIAL AOS MIGRANTES VENEZUELANOS IMPLEMENTADOS PELO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA, EM ESPECIAL AOS INDÍGENAS DA ETNIA WARAO 433
Rodrigo Bezerra Delgado
Martha Klívia de Luna Torres
30. INTERAÇÕES ENTRE SISTEMAS DE JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO: EXISTE UM NÚMERO IDEAL DE PROCESSOS JUDICIAIS? 447
Clara Mota
31. O FENÔMENO DAS FALSAS MEMÓRIAS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 459
João Costa-Neto
João Pedro de Souza Mello
Sara de Assis Aquino

32. A CRIMINALIDADE ORGANIZADA NO ÂMBITO DA LAVAGEM DE DINHEIRO E A ATUAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL FORMAL 473

Roberto Carvalho Vêloso

Pedro Henrique Guimarães

**TÓPICO II- O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO:
CAMINHOS E DESAFIOS SOB O OLHAR DO
CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL**

**1. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DIREITO À EDUCAÇÃO:
ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À
ABERTURA DE NOVOS CURSOS DE MEDICINA 489**

Gilmar Ferreira Mendes

**2. DIREITO À LIBERDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988:
O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 503**

José Antonio Dias Toffoli

**3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB O OLHAR DO TRIBUNAL
DA CIDADANIA: UMA ANÁLISE SOBRE SEU CONTEÚDO E
ALCANCE 527**

Assusete Magalhães

Grace Anny de Souza Monteiro

**4. O PAPEL DA ATIVIDADE JURISDICIONAL NA
CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS
MULHERES: A TUTELA DO DIREITO À EDUCAÇÃO SOB O
VIÉS DA TEORIA CONSTITUCIONAL FEMINISTA 545**

Og Fernandes

André Cavalcanti Erhardt

**5. A INCLUSÃO DOS NEGROS NO SISTEMA EDUCACIONAL
BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS – ESTUDO EM
HOMENAGEM À MINISTRA LAURITA VAZ 561**

Benedito Gonçalves

Camile Sabino Bezerra Corrêa

6. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O PODER JUDICIÁRIO 575
Eliana Calmon
7. SANÇÕES PARA O DESCUMPRIMENTO DAS METAS EDUCACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE COMPLIANCE E RESPONSABILIDADE DOS GESTORES 585
Pedro Felipe de Oliveira Santos
Matheus de Souza Depieri
8. CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL E O MÉTODO APAC COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O SISTEMA PRISIONAL 599
Cleber Lopes de Oliveira
Murilo Marcelino Machado de Oliveira
9. O INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS E FRATERNIDADE (IEDF): BOA PRÁTICA ENTRE O PRIVADO E O PÚBLICO EM DIREÇÃO AO PROCESSO DE COGOVERNANÇA 617
Rafaela Silva Brito
Sandra Taya
10. CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL E DIREITO À EDUCAÇÃO: REPENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL 629
Clara Cardoso Machado Jaborandy
Carlos Augusto Alcântara Machado
11. EDUCAÇÃO PARA A FRATERNIDADE 641
Marcos Aurélio Pereira Brayner
12. AS REVOLUÇÕES E O CONSTITUCIONALISMO MODERNO E CONTEMPORÂNEO – A CAMINHADA DO VALOR-PRINCÍPIO FRATERNIDADE 649
Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira
13. DOS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE UM CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL 661
Frederico Mendes Junior

14. A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO DIREITO
CONSTITUCIONAL FRATERO NA ACADEMIA FRENTE A
CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS E JURÍDICOS
HUMANIZADO 669
Deisemara Turatti
Jade Stock Bachmann
Maria Rita Pereira Dias
15. GRUPOS REFLEXIVOS DE MASCULINIDADES SOB A
PERSPECTIVA DO CONSTITUCIONALISMO FRATERO 681
Lorena Danielly Nóbrega de Almeida
16. O OLHAR DO STF PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA E A
CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO ADMINISTRATIVO
FRATERO 689
Valter Shuenquener de Araujo
17. EDUCAÇÃO, UM DIREITO DE TODOS? 699
Vitória Zveibil Sales
Deisemara Turatti
18. O PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE COMO INCLUSÃO SOCIAL
NA EDUCAÇÃO 709
Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão
Aluizio Bezerra Filho
19. ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: NOVOS DESAFIOS
PARA AS UNIVERSIDADES 723
André Ricardo Rosa Leão
Raquel Nogueira de Araújo Noronha
20. ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL, DIREITO E
FRATERNIDADE 731
Mônica Sifuentes
Maria Paula Pimenta Mendes

21. A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA: O QUE A FRATERNIDADE TEM A DIZER? 745
Josiane Rose Petry Veronese
Carlos Alberto Crispim
22. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DE EDUCAÇÃO E DE INCLUSÃO NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA 761
Marco Antônio Preis
Marcéli da Silva Serafim Preis
23. SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM COMPROMETIMENTO DA CAPACIDADE DE EXPRESSAR VONTADE: REFLEXÃO À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA FRATERNIDADE 777
Luciana Silva Garcia
Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer
Jade Caldas Sibalde
24. O DIREITO CONSTITUCIONAL FRATERNO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 793
Carlos Alberto França
Delintro Belo de Almeida Filho
Juliana Cristina Carneiro Requi
25. O ALUNO AUTISTA E O DIREITO ÀS FERRAMENTAS DE INCLUSÃO ESCOLAR 807
Maria Divina Vitória
Tatiana de Oliveira Takeda
26. NOVAS TECNOLOGIAS E O PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE COMO META PARA RELAÇÕES LABORAIS DIGITAIS DECENTES 823
Luciane Cardoso Barzotto
Vivian Maria Caxambu Graminho

27. PSICOLOGIA POSITIVA E NEUROCIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA POLÍTICA PÚBLICA INDISPENSÁVEL NO CONTEXTO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL 835
Carla Bianca Barbosa Prado
Sandro Augusto dos Santos
28. A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS E A AGENDA 2030 DA ONU: POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO PELA MEDIAÇÃO WARATIANA SOB O OLHAR DA FRATERNIDADE 849
Maria Eduarda Granel Copetti
Gabrielle Scola Dutra
Charlise Paula Colet Gimenez
29. DIREITOS HUMANOS & EDUCAÇÃO: DA MEDIAÇÃO POLICIAL DE CONFLITOS COMO PREVENÇÃO AOS ATAQUES NAS ESCOLAS SOB O PRISMA DA FRATERNIDADE 861
Theodoro Luís Mallmann de Oliveira
30. PROPOSTA METODOLÓGICA DE APLICAÇÃO PRÁTICA DE CONTEÚDOS JURÍDICOS NO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFRR/CBVZO 875
Rodrigo Bezerra Delgado
31. O JUIZ E AS DESIGUALDADES: POR UMA JURISDIÇÃO SOCIAL 887
Marcos Henrique Machado
32. POPRUAJUD: UMA POLÍTICA JUDICIÁRIA BASEADA NA FRATERNIDADE 903
Reynaldo Soares da Fonseca
Marja Mühlbach